

IESE
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÓMICOS

II CONFERENCIA DO IESE, “DINÂMICAS DA POBREZA E PADRÕES DE ACUMULAÇÃO EM MOÇAMBIQUE”, Maputo, 22 a 23 de Abril de 2009

“Por que Moçambique é pobre?”. Uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza

Sérgio Chichava

Resumo

A pobreza e a luta contra a pobreza são temas em voga nos meios políticos e nas instituições financeiras internacionais. Todos dizem-se empenhados em combater a pobreza, que ainda atinge uma parte importante da humanidade. Sendo Moçambique um país extremamente pobre e dependente da ajuda internacional, é óbvio que este tema também esteja na moda e constitua, pelo menos oficialmente, prioridade dos políticos e da sociedade no seu todo. Armando Guebuza, actual presidente de Moçambique, não se tem fartado de dizer que o combate à pobreza é um “desígnio nacional”, e que constitui o objectivo primário do seu mandato. Neste sentido, este artigo procura compreender como a questão da pobreza aparece e é interpretada no discurso de Armando Guebuza.

Palavras-Chaves: pobreza, luta contra a pobreza, discurso político, Armando Guebuza, Moçambique.

Breve apresentação do autor:

Sérgio Chichava

Doutor em Ciências Políticas

Investigador no Instituto de Estudos sociais e econômicos (IESE)

Docente na Universidade Eduardo Mondlane

Introdução

A extraordinária redução da pobreza em algumas partes do globo nas últimas décadas, em especial na Ásia, sobretudo na China, capturou nossa imaginação: quem sabe não poderíamos viver num mundo em que ninguém mais sofre com a pobreza ainda nas próximas décadas, fazendo da pobreza apenas mais um dos capítulos na nossa evolução histórica? Governos, académicos, instituições financeiras e de desenvolvimento, todos estão empenhados na luta contra a pobreza.

Embora considere-se 1990 como o ano em que a luta contra a pobreza passou a figurar como uma missão prioritária pelas instituições internacionais, nomeadamente o Banco Mundial (BM), que dedicou a edição daquele ano do “*World development report*” à pobreza, a luta contra a pobreza é um tema já recorrente desde os anos 1970. Pode-se citar aqui o famoso discurso de Robert S. McNamara, então presidente do BM, pronunciado em Nairobi em 1973, no qual para além de ter introduzido o conceito de “pobreza absoluta”, afirmava que a erradicação da pobreza até ao final do século XX, devia ser um dos grandes desafios da humanidade (Deaton, 2008:15). A Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social, realizada em Copenhaga em Março de 1995, é outro dos grandes marcos na preocupação cada vez maior com a pobreza e o seu combate. A adopção dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2000 por um conjunto de 189 países é outro marco neste movimento mundial (Sindzingre, 2006:10-11)¹. Enfim, pode-se também citar o relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento de 2000-2001, intitulado “*Attacking poverty*”, onde esta instituição declarava que a erradicação da pobreza era doravante a sua razão de existência, como um dos indicadores da mudança por parte destas instituições. Para tal, o BM e o FMI passaram a condicionar a assistência ao desenvolvimento (alívio da dívida, acesso a empréstimos concessionais) à elaboração de um plano de acção contra a pobreza (*Poverty Reduction Strategy Papers*) (*Ibid*)².

¹ Entre outros, os ODM preconizam a redução da pobreza extrema a nível mundial entre 1990 e 2015, para metade bem como a partir de 1995 ter todas as crianças do mundo escolarizadas até 2015.

² Respondendo a esta exigência, Moçambique elaborou, em 2000, o seu primeiro plano de acção contra a pobreza, chamado localmente de Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), e correspondente ao período 2001-2005. Este programa, conhecido por PARPA I, tinha como objectivo reduzir a pobreza absoluta, estimada em 70% em 1997, para menos de 60% em 2005, e para menos de 50% no final da década 2000. De acordo com os critérios usados oficialmente para definir e medir a pobreza absoluta, pode-se dizer que um dos objectivos foi cumprido, porque, de acordo com dados oficiais, nesse período o número de pessoas vivendo na pobreza absoluta reduziu para 54%. Igualmente, em 2001 o país beneficiou de um importante alívio de dívida. O PARPA I foi substituído por um outro, o PARPA II, que cobre o período 2006-2009 e visa passar dos actuais 54% “pobres absolutos” para 45% em 2009, ou seja, no final do mandato do actual governo.

Sendo Moçambique, de acordo com os dados do PNUD, um dos países menos desenvolvidos do mundo (ocupando, em 2007, a 172^a posição numa lista de 177 países no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano⁴, e com 54% da sua população a viver com menos de um dólar por dia) e dependente de doadores (cerca de 53% de acordo com o Orçamento de 2009), é óbvio que este tema, à semelhança do que acontece em todos os países pobres, também constitua, pelo menos oficialmente, prioridade por parte das elites políticas locais, dos académicos e da sociedade civil em geral.

Neste artigo, não se discutem as diversas estratégias existentes para se combater a pobreza em Moçambique, o seu impacto social, ou ainda os debates acerca da conceptualização do fenómeno da pobreza; a quem interessar, a literatura sobre todos estes assuntos é vasta (Stewart:2007; Hageaars:1986). Ao longo do texto, o que se procura é compreender o discurso e a percepção dos políticos em torno desta problemática.

No caso, parte-se do pressuposto que a percepção de um determinado fenómeno social, de seus contornos e causas, neste caso da pobreza, determina a (s) maneira (s) de combatê-lo. Fundado nesta premissa epistemológica, este artigo pretende analisar o discurso político sobre a pobreza de Armando Guebuza, presidente de Moçambique desde 2005. A escolha do discurso de Guebuza não significa que o tema da pobreza tenha começado a ser abordado apenas por ele, mas ao facto de ser ele o actual presidente do país e predominar na cena política nacional, e, igualmente, por ser um discurso, na sua grande parte, radicalmente diferente dos seus predecessores.

³ Moçambique, *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano 2007*, PNUD 2007, p. 7. Há divergências entre estes dados e os dados constantes no sítio da internet referentes às estatísticas do PNUD, onde o Índice de Desenvolvimento Humano de Moçambique em 2006 está em 0,384 e a esperança de vida em 42.8 anos. Ver Human Development Reports, http://hdrstats.undp.org/countries/data_sheets/cty_ds_MOZ.html, consultado a 13 de Novembro de 2007; Global Human Development Report 2007/2008, p. 237, http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_en_complete.pdf, consultado a 27 Novembro 2007. Sobre tais discrepâncias, o jornalista Tomás Vieira Mário, editor executivo do Relatório Nacional de 2007, escreveu um artigo no semanário Savana de 7 de Dezembro de 2007, no qual levanta duas hipóteses para estas diferenças: 1) diferentes fontes utilizadas; 2) diferentes projecções de população utilizadas. Segundo Vieira Mário, o Global Human Development Report vale-se de dados estatísticos obtidos junto às instituições das Nações Unidas, não se fiando nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), os quais são, no entanto, utilizados pelo Relatório Nacional. Ademais, as projecções de população daquele também baseiam-se em dados das Nações Unidas, os quais divergem dos dados do INE, projectando um país mais populoso, e, portanto, com mais pessoas a dividir a riqueza nacional do que de acordo com os últimos dados obtidos pelo INE. Para mais detalhes ver, CEDE, AfriMAP, OSISA, *Democracia e Participação Política em Moçambique*, (no prelo).

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, ou *Human Development Index*, HDI), juntamente com uma série de outros índices, foi introduzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990, com o objectivo de melhorar a avaliação dos progressos obtidos pelos países no seu processo de desenvolvimento. O IDH procura medir se os habitantes de determinado país: 1) vivem uma vida longa e saudável (esperança de vida à nascença); 2) adquirem conhecimento (taxas de analfabetismo entre adultos e taxas de matrícula nos níveis primário, secundário e terciário entre os jovens); 3) possuem um padrão de vida decente (produto interno bruto *per capita* ajustado pela paridade do poder de compra (PPP) em dólares). Para mais detalhes, consultar UNDP, 2007, *Measuring Human Development, A Primer, Guidelines and Tools for Statistical Research, Analysis and Advocacy*, disponível em http://hdr.undp.org/en/media/Primer_intro.pdf, consultado em 29 de Outubro de 2008.

Com efeito, a pobreza e a luta contra a pobreza ocupam, um importante lugar no discurso da Frelimo desde a independência do país em 1975. Várias estratégias político-económicas para se combater a pobreza foram ensaiadas. Da mesma forma, várias explicações sobre as causas da pobreza foram dadas. Nessa época, a pobreza que afligia os moçambicanos era vista como consequência directa do colonialismo português, cuja política envolvia não só enriquecer Portugal às custas do suor moçambicano como manter os moçambicanos em perpétua dependência da benevolência metropolitana, sem desenvolvimento rural e industrial local; em resumo, a Portugal interessava pilhar Moçambique (transferência das suas riquezas para Portugal) e manter na ignorância o seu povo. Ainda, argumentava a Frelimo, logo após o 25 de Abril de 1974, que marcou a queda do regime de Marcelo Caetano em Lisboa e abriu caminho para a independência das antigas colónias portuguesas, tinha havido muita sabotagem e anarquia por parte dos colonialistas, os quais transformaram uma economia já atrasada num completo caos.

A guerra civil que flagelou o país durante cerca de dezasseis anos (1976-1992) também foi apontada como uma das causas da pobreza em Moçambique. Segundo a Frelimo, o país era pobre por causa da guerra civil movida pelos “bandidos armados” da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), os quais, apoiados pelos regimes minoritários e racistas da Rodésia do Sul e África do Sul – que, desde o princípio, haviam hostilizado o regime “marxista-leninista” da Frelimo – tinham destruído a base socioeconómica do país⁵. Igualmente, dizia-se que o que tornava a situação mais desesperadora era a vulnerabilidade de Moçambique às catástrofes naturais, que ciclicamente se abatem sobre este país.

Contudo, a explicação da pobreza e subdesenvolvimento pelo factor colonial ou pelo imperialismo não era apenas própria a Moçambique. Também era observável em África e noutros países do chamado terceiro mundo, e era muitas vezes usada para justificar a incapacidade das elites desses países em formular políticas progressistas. Estes discursos e percepções eram certamente influenciados pelo contexto da guerra fria, e pelas teorias de dependência em voga na altura. A independência do Zimbabwe, o fim da guerra fria, do Apartheid e da guerra civil assim como o abandono do marxismo-leninismo a favor do liberalismo, fizeram com que muitos abandonassem tais teorias para explicar o subdesenvolvimento de Moçambique.

⁵ A Renamo teria sido criada e financiada pelo regime de Ian Smith. Em 1977, naquilo que é considerado uma das guerras mais mortíferas da África pós-colonial, a Renamo começou uma guerra sem quartel contra o regime de Maputo. Esta guerra só terminou em 1992, com a assinatura dos acordos de paz em Roma.

Neste diapasão, portanto, um dos objectivos do artigo será analisar os elementos que compõe o discurso de Guebuza, para, então, explicar as estruturas e os determinantes que lhe estão subjacentes. Inspirando-se em Damon Mayaffre, parte-se do pressuposto segundo o qual o discurso político é sempre e acima de tudo uma questão de identidade ou uma estratégia identitária:

“À l'analyse, l'enjeu suprême du discours politique n'est pas, comme on pourrait le croire, de véhiculer un message, de propager une idéologie, d'inciter à l'action, mais d'affirmer l'identité d'un orateur pour favoriser l'identification d'un auditoire ; affirmer l'identité d'un locuteur individuel (un homme) ou collectif (un parti, une classe, un groupe parlementaire, un syndicat) pour favoriser l'identification d'un public (les militants, le peuple, les électeurs). En d'autres termes, le but d'un discours politique est de construire un espace linguistique dans lequel le groupe pourra se constituer, se reconnaître et exister (D. Mayaffre, 2003)”.

Com efeito, e como iremos ver ao longo do texto, a estratégia discursiva de Guebuza é de marcar o seu campo, o seu estilo, a sua identidade, em suma, de se diferenciar dos seus predecessores. Sem perder de vista que o discurso varia entre outros, segundo o espaço, tempo e o auditório, forçoso é constatar que o discurso de Guebuza difere radicalmente do discurso de seus predecessores.

Guebuza e as causas da pobreza em Moçambique

No discurso da sua investidura como terceiro presidente de Moçambique independente, Armando Guebuza avançou que considerava a pobreza como o “inimigo público número um dos moçambicanos”, e declarou o seu combate como a principal missão do seu mandato (Guebuza: 2 de Fevereiro de 2005). Dois dias mais tarde, na cerimónia da tomada de posse do seu governo, e resgatando a ideia dos tempos do partido único, segundo a qual, para sair da pobreza e do subdesenvolvimento, “ (...) temos que abandonar o passo do camaleão (...) (CNICP: 1982)”, Armando Guebuza exigia aos seus ministros, mudança de atitude, mais criatividade e mais celeridade nas suas acções, de modo a se vencer o mais rápido possível a pobreza (Guebuza: 4 de Fevereiro de 2005). De lá para cá, o *slogan* “todos contra a pobreza absoluta” tem estado na boca de todos os políticos.

Só para se ter uma ideia do lugar que a pobreza e a luta contra a pobreza ocupam no discurso de Guebuza, pode-se olhar para alguns títulos dos seus discursos, nomeadamente os da sua tomada de posse e de seus ministros e os discursos anualmente por ele proferidos na Assembleia da República (AR) na qualidade de presidente da República, no momento em que este faz o balanço das actividades políticas, económicas e sociais do governo durante o ano findo. Estes discursos são vulgarmente designados “estado da nação”.

O discurso da sua tomada de posse intitulava-se: “*A nossa missão: o combate contra a pobreza*”; o da tomada de posse do seu executivo, “*Combate à pobreza: um desafio que exige criatividade e celeridade nas nossas acções. “Na caminhada contra a pobreza”* é o título do seu primeiro discurso na AR sobre o “estado da nação” em 2005. Os restantes em 2006 e 2007 intitulavam-se: “*O combate à pobreza: um desígnio nacional*” e “*Unidos, prossigamos com a nossa missão: luta contra a pobreza*”, respectivamente.

Todos foram mobilizados nesta tarefa, da primeira-dama passando pelas instituições próximas da Frelimo, nomeadamente a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana, (OJM), até os antigos combatentes. Colocando ênfase na desconcentração como um dos caminhos a seguir para se vencer a pobreza, e sustentando que é no campo onde a pobreza absoluta tem o seu forte, o distrito foi definido como “pólo de desenvolvimento” e, neste sentido, jovens com formação média e universitária têm sido enviados para trabalhar nos distritos, de modo a suprir a falta de quadros que se verifica nesses locais⁶.

Igualmente, naquilo que a Frelimo chama de “governança aberta e inclusiva”, Armando Guebuza tem-se desdobrado frequentemente em visitas aos distritos e tem mantido reuniões com as respectivas populações. Segundo Guebuza, a presidência aberta e inclusiva é o principal motor “na acção de mobilização das sinergias para a luta contra a pobreza (Guebuza:17 de Maio de 2007: 111)”. Foi também alocada a cada distrito uma verba de 7 milhões de meticais (cerca de 280 mil dólares americanos hoje), oficialmente destinadas a gerar emprego, aumentar a renda das famílias e a produzir alimentos⁷.

Uma série de iniciativas chamadas “férias desenvolvendo o distrito”, integrando jovens universitários, também tem sido levada a cabo. Em Maio de 2005, uma “marcha contra a pobreza” partindo de Cabo Delgado, no extremo norte de Moçambique até Maputo, no extremo sul, foi organizada. Esta marcha, que coincidiu com os trinta anos da independência, também foi aproveitada para fins eminentemente políticos, glorificando-se ou exaltando-se figuras da Frelimo

⁶ Do ponto de vista administrativo, Moçambique está dividido em províncias, distritos, postos administrativos, localidades. Assim uma província é constituída por vários distritos, os quais são divididos, por sua vez, em postos administrativos, estes em localidades. É preciso sublinhar, também que a ideia de considerar o distrito como “pólo de desenvolvimento” não começa com o actual governo, mas sim com a lei 8/2003 de 19 de Maio, que considera o distrito como sendo a “unidade territorial principal da organização e funcionamento da administração local do Estado e base da planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique” (Boletim da República, 19 de Maio de 2003). Guebuza teve apenas o mérito de por em prática esta ideia, não só ao atribuir a verba supra-citada, mas ao desenvolver um conjunto de iniciativas que enfatizam o distrito.

⁷ Os governos distritais foram acusados de desvio de aplicação, usando o dinheiro para reabilitar e apetrechar os palácios dos administradores, suas casas bem como as de outros altos funcionários locais, compra de viaturas particulares. Igualmente, a Renamo acusa a Frelimo de ao invés de usar este dinheiro para desenvolver os distritos, usá-lo para benefício próprio e para aliciar membros de outros partidos, sobretudo seus. Acusa-a também de usar esta verba para corromper outras pessoas influentes tais como régulos, chefes religiosos para estarem contra a Renamo.

que, segundo o partido, muito contribuíram na luta contra a pobreza em Moçambique. Foi também introduzida uma campanha denominada “*Made in Moçambique*,” visando a consciencializar os moçambicanos a “ (...) produzir, consumir e exportar produtos nacionais”: é preciso ter orgulho do que é nosso, orgulho de ser moçambicano, ou seja, é necessário recuperar a auto-estima. Nos termos da campanha, só através da auto-estima e da confiança nas nossas capacidades é possível vencer a pobreza (Guebuza:19 de Dezembro de 2006).

A cultura de resultado ou da obsessão pelos números ou pela quantidade também está na ordem do dia: “quantificar resultados e lograr excelência é a mensagem dada a todos os ministros” (Guebuza: Março de 2008). Esta obsessão pelos números pode-se explicar pelos compromissos com a agenda internacional dos Objectivos de desenvolvimento do Milénio, e pela dependência moçambicana em relação aos países doadores, que precisam mostrar o resultado da ajuda prestada aos seus cidadãos.

A par destas actividades visando “vencer a pobreza” há um esforço bastante forte e continuado de Armando Guebuza para explicar as prováveis causas da pobreza em Moçambique, que passamos a discutir com mais detalhe.

A pobreza não é uma dádiva divina!

Como que a sacudir a água do capote, retirando a responsabilidade colectiva e do Estado, Guebuza afirma que a pobreza em África e, em particular, em Moçambique, releva da responsabilidade individual, da atitude das pessoas. Alertando seus ministros para terem em conta estes aspectos durante a sua governação, Guebuza afirma que algumas pessoas são pobres por ignorância ou por crença. Segundo Guebuza, certas pessoas pensam que foram predestinadas ou seleccionadas a serem pobres, pois os seus antepassados, vizinhos ou amigos sempre foram pobres e nada fazem para sair desta situação. Ou seja, as pessoas consideram a pobreza uma fatalidade, da qual não tem como escapar e este é um dos obstáculos que o seu governo deve enfrentar na luta contra a pobreza:

“O primeiro destes adversários será o cidadão que, assume que, a sua condição de pobre é imutável e que, por isso, se resigna a participar nesta grande e exaltante epopeia da nova libertação. É aquele cidadão que parte do princípio de que tendo os seus progenitores sido sempre pobres, ele não pode aspirar a uma condição diferente. Alguns destes pessimistas podem até ser levados a não ver ou a não reconhecer os progressos em curso à sua volta. Contamos convosco para que, com persistência e determinação, esclareçam que a pobreza não é uma dádiva divina [*sic*] e que com o seu trabalho, os moçambicanos vão acabar com a pobreza (Guebuza: 14 de Fevereiro de 2005:30).”

Outro obstáculo a ser tomado em conta pelo seu governo é o daquelas pessoas que influenciadas, por aquilo que ele designa de “pregadores da pobreza” ou “profetas da desgraça”, pensam que ser pobre é sinal de honestidade e exemplo de boa conduta:

“O segundo adversário é constituído pelos pregadores da pobreza, os profetas da desgraça, aqueles que advogam que esta condição social é sinónima de honestidade e exemplo a seguir por todos os moçambicanos. Para estes pregadores da pobreza, aqueles que não sabem onde e como obter a próxima refeição, aqueles que não tem acesso à educação, saúde, água potável e energia eléctrica, são o exemplo de integridade moral, o estandarte que todos devemos alçar com orgulho. Porém, cedo descobrimos que se trata de pessoas hipócritas por que não aceitam essas duras e difíceis condições de vida para eles próprios – são refinados desmobilizadores do Governo da Frelimo e de todos os moçambicanos na sua luta contra a pobreza (*Ibid*).”

Mostrando não ter nenhum pudor em relação à riqueza, e considerando-a como uma virtude e não um pecado, Guebuza afirma que todos os moçambicanos podem ser ricos ou devem aspirar a serem ricos, desde que abandonem esta “mentalidade miserabilista” que faz com que tenham vergonha ou medo de serem ricos:

“Nós temos de ter a certeza que somos capazes de deixar de ser pobres. Podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos. Temos de cultivar a auto-estima. Os recursos são todos nossos. A mentalidade miserabilista de continuar a ser pobre e de que é honesto aquele que é pobre, é uma mentalidade a combater. Deve ser varrida das nossas cabeças. Quando se fala de honestidade, há por aí quem pense que qualquer acto tendente a construir riqueza é por esse mesmo facto, desonesto. É profundamente errado. Se nós questionamos a seriedade daqueles que, trabalhando, conseguem ter alguma riqueza, estamos a castrar à partida, a possibilidade de combater a pobreza (Domingo:28 de Novembro de 2004)”.

Ainda de acordo com Guebuza, outras pessoas são pobres por preguiça, falta de auto-estima e de criatividade. Para Guebuza, que se dirigia para a população de Quelimane, na Zambézia, não é aceitável que num país com muitos quadros e cientistas, com muitas terras férteis e fadado pela natureza, que haja tanta gente tão pobre e com fome. Isto é resultado da falta de amor pelo trabalho, que faz com que as pessoas não explorem a imensa riqueza existente em Moçambique, limitando-se apenas a reclamar (Notícias Online, 19 de Abril de 2007). Esta desafeição pelo trabalho resultaria, segundo o chefe do Estado, de um deficit de socialização, pelo que Guebuza defende a introdução nos currículos das escolas primárias de matérias que incitem as crianças a terem amor pelo trabalho, que privilegiem o saber fazer à teoria (*Ibid*). É por isso que o presidente da Frelimo defende a criação de escolas técnicas e politécnicas em todos os distritos do país.⁸

Na sequência do exposto acima, uma questão em jeito de hipótese merece ser colocada: até que ponto a visão de Guebuza — um indivíduo oriundo de uma família protestante — não teria sido influenciada pelas suas origens sócio-religiosas? Com efeito, Armando Guebuza vem de uma família profundamente religiosa, professando a religião protestante. Ora, Max Weber, na obra “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*”, já discutiu a influência das crenças

⁸ Paradoxalmente, ao mesmo tempo que Guebuza diz às pessoas que estas passavam fome e estão na miséria por preguiça e falta de amor pelo trabalho, os camponeses da província de Tete diziam-lhe uma semana depois de ter falado à população de Quelimane — numa situação que já não constitui novidade e sempre foi motivo de discórdia — que a sua produção estava a apodrecer por falta de mercado e de vias de acesso, e que ameaçavam reduzir as áreas de cultivo se a situação não fosse resolvida (Notícias Online, 25 de Abril de 2007).

religiosas nas decisões e posturas de cunho económico dos indivíduos, e como tais atitudes repercutiriam, uma vez agregadas, na economia de determinada região. Especificamente, Weber avança que algumas formas de protestantismo, tais como o calvinismo, o metodismo, pietismo e as seitas Baptistas, ao professarem que todos somos predestinados, seja para riqueza ou seja para pobreza (a teoria da predestinação), acabariam por conduzir as pessoas não à resignação, mas ao trabalho contínuo e ao acúmulo de riqueza, pois tal seria a única maneira de tais pessoas provarem que foram predestinadas à riqueza. Ou seja, como não haveria forma de saber quem foi selecionado para pobreza ou riqueza — pois impossível é penetrar nos segredos de deus — e como deus só ajudaria a quem se ajudasse, as pessoas lutariam para ser ricas e provar, através do trabalho, que foram predestinadas a riqueza. Só através do trabalho o homem pode sair da pobreza e da miséria e estar mais próximo de Deus. À partida, todos deviam se considerar como eleitos, porque, como diz Weber:

“D'une part, se considérer comme élu constituait un devoir; toute espèce de doute à ce sujet devait être repoussée en tant que tentation du démon, car une insuffisante confiance en soi découlait d'une foi insuffisante, c'est-à-dire d'une insuffisante efficacité de la grâce [...]. D'autre part, afin d'arriver à cette confiance en soi, le *travail sans relâche dans un métier* est expressément recommandé comme le moyen le meilleur. Cela, et cela seul, dissipe le doute religieux et donne la certitude de la grâce (Weber, 1095 : 85)”.

De acordo com Weber, nestas variantes do protestantismo, a riqueza e propriedade em si não criam problemas de moral, mas sim a preguiça, a mendicidade e o desejo de ser pobre. O que é condenado é o desperdício (do tempo, dinheiro, etc.) e a consumação desmesurada de bens de luxo:

“ En effet, en accord avec l'Ancien Testament et par analogie avec l'évaluation éthique des bonnes œuvres, l'ascétisme voyait le *summum* du répréhensible dans la poursuite de la richesse en tant que fin en elle-même, et en même temps il tenait pour un signe de la bénédiction divine la richesse comme *fruit* du travail professionnel. Plus important encore, l'évaluation religieuse du travail sans relâche, continu, systématique, dans une profession séculière, comme moyen ascétique le plus élevé et à la fois preuve la plus sûre, la plus évidente de régénération et de foi authentique, a pu constituer le plus puissant levier qui se puisse imaginer de l'expansion de cette conception de la vie que nous avons appelée, ici, l'esprit du capitalisme (Weber 1905: 151-152).”

É justamente por isso que Max Weber situa a origem do capitalismo bem como a sua concepção de trabalho na ética protestante.

Esta questão merece ser equacionada por várias razões. Uma delas é o facto de Guebuza ter sido citado a solicitar o apoio da Igreja protestante Metodista Unida em Moçambique, da qual também é crente — que segundo ele, durante o tempo colonial, tinha, através dos ensinamentos bíblicos, ajudado os moçambicanos a perceber que a colonização não era uma fatalidade divina, consciencializando-os politicamente — a ajudar a mostrar que a pobreza não é um castigo divino (Guebuza, 1 de Novembro de 2006: 309).

Também, é preciso não perder de vista que em certos círculos protestantes africanos, a pobreza é também vista como uma questão de mentalidade dos africanos. Pode-se dar exemplo de

alguns discursos do reverendo congolês Paul M. Mpindi da Faculdade de Teologia Evangélica de Bangui, apoiado por outros da mesma religião como Mozart Dino Kile. Segundo Paul Mpindi, os africanos (assim como outros povos do terceiro mundo) continuam pobres porque querem (Kile: 2005). Para além das causas naturais da pobreza em África, as causas humanas seriam determinantes, nomeadamente: irresponsabilidade, ignorância, falta de patriotismo, falta de vontade em sair da situação de pobreza (*ibid*).

Igualmente, para Marc Ravalomanana, presidente de Madagáscar, um protestante (é vice-presidente da Igreja de Jesus Cristo de Madagáscar), a mentalidade e alguns hábitos da cultura malgaxe constituem sérios obstáculos ao progresso. Para Ravalomanana, o problema da pobreza no seu país (um país bastante rico em recursos naturais, mas com muitos pobres) é uma questão de mentalidade:

“Eu sou rápido. Sou um homem de negócios: quero resultados. Que importam as soluções? Elas dependem dos meios que temos. Quero mudar a mentalidade malgaxe. E isso na acção e não na teoria. Madagáscar é rico e os malgaxes são pobres. Não posso aceitar isso” (Ravalomanana: 21 de Março de 2004).

Entretanto, algo deve ser dito em relação à apologia de Guebuza⁹ à riqueza material, que sem dúvida entra em contraste com os ideais de rejeição do luxo, renúncia às preocupações materiais e financeiras e defesa da austeridade dos militantes defendidos pela Frelimo nos primeiros anos da independência quando este partido tinha auto-proclamado o marxismo-leninismo como sua ideologia oficial em 1977. Isto mostra que Guebuza e muito dos seus compatriotas provavelmente nunca foram marxistas convictos, como queriam fazer crer, facto consubstanciado pela maneira como facilmente abandonaram o marxismo, sem discussão e sem entrar em crise, e adoptaram o liberalismo, do qual são agora fervorosos defensores. Como diz Michel Cahen, diferentemente do Vietname e Cuba onde o abandono do marxismo mudaria profundamente a natureza dos respectivos partidos, o marxismo da Frelimo não constituía sua característica fundamental, foi apenas um instrumento para legitimar a criação de uma nação moderna de estilo jacobino, com um só partido, uma só língua, um só povo, uma só cultura (Cahen, 1995:87-89). O combate à religião efectuado com vigor durante os primeiros da independência também deve ser encarado nesta perspectiva, isto é, como um instrumento usado não só para legitimar a ideologia “marxista-leninista”, mas também o estilo de nação então em construção.

Outra hipótese não negligenciável consiste no facto de que a atribuição da pobreza à falta de criatividade, à preguiça ou à falta de auto-estima dos africanos ou dos moçambicanos — rompendo com o discurso de muitos líderes africanos segundo o qual a África é pobre por causa

⁹ Guebuza é considerado um dos homens mais ricos de Moçambique, possuindo participações em diferentes sectores de actividade económica.

do colonialismo e do imperialismo — pode ser vista, também, como uma maneira de Guebuza querer atrair simpatias dos Ocidentais e das agências internacionais de ajuda.

A destacar também no discurso de Guebuza sobre a pobreza, está o lugar que é dado ao papel da ajuda externa. Mesmo se na realidade a situação é outra, pois Moçambique continua a depender extremamente da ajuda internacional para se desenvolver; mesmo quando se sabe que a legitimidade e a sobrevivência do governo e do Estado dependem mais da ajuda externa do que da sua capacidade em produzir políticas capazes de eliminar a pobreza, o discurso actual tenta minimizar o papel e o impacto da ajuda externa, colocando-a num plano secundário. Procura-se inculcar a ideia de que viver de “mão estendida” não dignifica em nada os Moçambicanos, devendo a ajuda externa ser considerada apenas como um complemento e não como um substituto do esforço dos moçambicanos na sua luta contra a pobreza (Guebuza, 30 de Novembro de 2005:9).” Esta “mentalidade de dependência” segundo Guebuza só pode acabar com mais trabalho, mais criatividade, aproveitando da melhor maneira a imensa riqueza que o país dispõe (Notícias Online: 25 de Abril de 2007).

No meio disto tudo, parece também importante questionar até que ponto a estratégia de desenvolvimento centrada no distrito, cujo ponto mais visível é distribuição dos sete milhões de meticais, não seria um mero prolongamento das práticas neo-patrimoniais que caracterizam, para muitos analistas, o funcionamento do Estado moçambicano. Dito doutra maneira, não seria esta a forma encontrada para redistribuir os recursos do Estado pelos escalões mais baixos ou periféricos da Frelimo, uma vez que estes dificilmente têm acesso ao centro? Como se sabe, num contexto neo-patrimonial, a sobrevivência do *Big Man* depende, dentre outros factores, da sua capacidade de redistribuir,¹⁰. Com efeito, existem evidências de que este fundo é, na sua

¹⁰ Autores como Braathen & Orre (2001), Forquilha (2008 e 2009) já tinham sublinhado o carácter neo-patrimonial do Estado moçambicano. O conceito de neo-patrimonialismo deve necessariamente ser ligado ao conceito de patrimonialismo, inicialmente desenvolvido por Max Weber e retomado em seguida por muitos investigadores trabalhando sobre os países em vias de desenvolvimento. Weber utilizava a expressão para designar um estilo específico de autoridade nas chamadas sociedades tradicionais, onde o senhor ou *Big Man* dominava essencialmente graças ao seu poder e prestígio pessoal. Os dominados eram tratados como partes integrantes do seu património individual. Largamente personalizada, a autoridade era mais determinada pelas preferências do *Big Man* do que pelo sistema de justiça. Mas como a sobrevivência do *Big Man* dependia da estabilidade política, este recorria à distribuição e redistribuição selectivas de favores e benefícios materiais aos seus seguidores que constituíam a sua clientela. O patrimonialismo distingue-se do neopatrimonialismo no sentido de que o primeiro é um sistema primitivo de gestão baseado puramente em relações e regras informais. Weber distinguia o patrimonialismo de um sistema burocrático legal racional, onde a autoridade repousa estritamente sobre regras formais. Por sua vez, o neopatrimonialismo é um fenómeno moderno ou uma forma moderna de patrimonialismo, que contrasta com o patrimonialismo clássico estudado por Max Weber. Numa gestão neopatrimonial, há um princípio de diferenciação formal e subjectiva entre a esfera privada e a esfera pública, característico de todo o sistema burocrático legal racional. Mais do que falar de uma confusão absoluta entre a esfera pública e privada, fala-se mais de grau variado de confusão. Sobre o conceito de neo-patrimonialismo aplicado aos países africanos, ver por exemplo, J. F. Médard (1990 e 1991); Chabal & Daloz (1999).

maioria, atribuído a elementos próximos do partido Frelimo e do Estado, sem que se tenha em conta a viabilidade dos projectos de desenvolvimento por eles apresentados (Forquilha, 2009).

Entretanto, a par desta nova concepção da pobreza e subdesenvolvimento em Moçambique, forçoso é constatar que outros factores considerados por Armando Guebuza como obstáculos ao desenvolvimento ou perpetuadores da pobreza no país continuam basicamente os mesmos, cerca de 30 anos depois da independência. Hoje como ontem está-se a falar do “deixa-andar” (desleixo), do burocratismo, da corrupção, do crime e das doenças endémicas, situação que fica clara ao compararmos um discurso do presidente Samora Machel de 1980 com os vários discursos de Armando Guebuza (Guebuza:13 de Dezembro de 2007;19 de Dezembro de 2006;6 de Dezembro de 2005). Com efeito, para Samora Machel, dentre os diferentes factores que bloqueavam o desenvolvimento de Moçambique, encontrava-se:

“ [a] Falta de direcção [...] O burocratismo instalado como método de trabalho; a rotina como modo de vida, a rotina como um valor a preservar; a promoção da incompetência; o desleixo, o desinteresse, considerados como algo normal; a falta de sentido de organização; a indisciplina, o roubo, o alcoolismo, a falta de pontualidade; o desperdício; o esbanjamento; a destruição; a falta de higiene e limpeza; falta de cortesia; corrupção; suborno (Machel:1980) ”.

“Ofensivas políticas e organizacionais”, caracterizadas por visitas surpresas a empresas, hospitais, ministérios e outras instituições estatais para denunciar e combater estes “males” foram muitas vezes levadas a cabo pelo próprio Samora Machel. Embora não tenham durado muito tempo, estes métodos de trabalho foram também reintroduzidos nos primeiros meses da governação de Armando Guebuza, com a diferença de que eram levados a cabo pelos ministros e não pelo presidente.

Outro aspecto que não constitui novidade no discurso de Guebuza e que sempre esteve omnipresente no discurso da Frelimo, é a questão da unidade nacional, do tribalismo e do regionalismo, considerados também dos principais obstáculos ao desenvolvimento de Moçambique. Por exemplo, consciente dos perigos que representam os desequilíbrios regionais e intra-regionais que caracterizam a economia de Moçambique com o Sul (sobretudo Maputo que parece uma ilha em relação ao resto do país) por razões sócio-históricas, a região mais desenvolvida do país, Guebuza tem afirmado repetidamente que a pobreza em Moçambique não é só dos Moçambicanos do norte ou do centro, mas sim de todos, independentemente da região, etnia, estrato social, de viverem no campo ou na cidade. Igualmente, há um esforço de mostrar que os investimentos não estão a ser feitos apenas em Maputo ou no Sul, mas em todo o país, como ilustra esta alocação de Armando Guebuza no parlamento moçambicano:

“...As dificuldades porque passam os distritos de Metarica e de Lago, no Niassa, têm a mesma dimensão que aquelas porque passam Chigubo e Massagena, em Gaza [...]. Os constrangimentos decorrentes da insuficiência de infra-estruturas no Posto Administrativo de Mulima, em Sofala, têm semelhanças com aqueles que afligem o Posto Administrativo de Cóbue no Niassa, Nhakapiriri e Nkanta em Tete, bem como Motaze e Macandza na Província do Maputo. Os pedidos de melhoria de serviços que se fazem na Zona Verde e na Inhaca, na Cidade de Maputo são idênticos ao de Meti, em Nampula, Mawayela, em Inhambane e Mecaune, na Zambézia. As expectativas que a construção da ponte sobre o Rio Lugela está a criar nos distritos de Mocuba e Lugela, na Zambézia, são idênticas às que está a criar a reconstrução da ponte sobre o Rio Meluli, que ligará os distritos de Moma e de Angoche, em Nampula, e a de Guijá que ligará os distritos de Chokwé e Guijá. A alegria que despertou a melhoria na disponibilidade de água, em quantidade e em qualidade na cidade de Inhambane foi idêntica à que assistimos nas cidades de Pemba, Tete e Quelimane quando os sistemas locais entraram em funcionamento. A entrada em funcionamento da fábrica de processamento de castanha de caju, em Chiúre, Cabo Delgado está a criar novas fontes de rendimento para as populações locais, como está a criar a fábrica de processamento de tabaco em Tete [...]. Neste sentido: nenhuma parcela do nosso Moçambique se pode considerar livre de uma ou de todas estas manifestações da pobreza; nenhum cidadão se pode considerar imune aos efeitos destas manifestações sobre si, seu familiar, amigo ou vizinho. Ao mesmo tempo, estas constatações também nos ajudam a compreender as razões fundamentais porque a luta contra a pobreza é a agenda de todos os moçambicanos, no campo e na cidade, em todo o solo pátrio (Guebuza, 19 de Dezembro de 2006:321-322) ”.

A preocupação de Armando Guebuza de “nacionalizar” e homogeneizar a pobreza e o subdesenvolvimento decorre do sentimento de alguns moçambicanos do norte do rio Save que encaram-nos como sendo apenas específicos às suas regiões e como um acto deliberado e intencional do governo “tribalista” e “regionalista” da Frelimo, (cuja liderança foi sempre dominada por gente do sul, o que já criou sérios conflitos durante a luta anticolonial) de modo a perpetuar a dominação das respectivas populações. Este discurso visa também contrapor as acusações dos adversários políticos da Frelimo, principalmente da Renamo (partido cuja maior parte da sua liderança é oriunda do norte do rio Save e fortemente implantada nesta região), segundo as quais, “*o que é nacional em Moçambique se restringe somente à cidade-capital Maputo*” ou que a “*burguesia em Moçambique é Maputense e não nacional*” (João Colaço:2007). Para estes moçambicanos, se “ontem a metrópole era Lisboa, hoje a metrópole é Maputo” e “o colonizador só mudou de cor”. Este sentimento de marginalização e exclusão resulta da incapacidade do Estado e das elites dirigentes da Frelimo que estão no poder desde 1975 em promover o desenvolvimento e em alterar o *status quo* herdado do colonialismo, reduzindo as assimetrias regionais cujas origens remontam aos finais do século XIX, aquando da implementação do capitalismo colonial em Moçambique. Este capitalismo colonial teve como consequências, entre outras; a mudança de capital da Ilha de Moçambique, em Nampula, norte de Moçambique para Lourenço Marques, (actual Maputo) no extremo sul, marginalizando completamente esta região de “velha colonização” e seu antigo coração económico e político, bem como as suas respectivas elites; e a transformação da economia de Moçambique numa “economia de serviços” — construção de portos e caminhos ferros virados essencialmente para

servir as antigas colónias britânicas — simbolizada pelos portos da Beira no Centro e Maputo, regiões que conheceram um grande desenvolvimento económico, tornando-se nas duas principais cidades do país. Contudo, Maputo, assim como o resto da região sul (transformada numa reserva de mão de obra para as minas sul-africanas), é que saíram mais beneficiadas desta nova conjuntura, tornando-se a partir deste período na região mais importante do ponto de vista económico.

Por fim, não se pode dizer que a explicação pelos factores externos da pobreza e do subdesenvolvimento em Moçambique tenha completamente desaparecido. Quer-se apenas dizer que, após ter sido a explicação primária durante um longo período, ela ocupa hoje um lugar secundário. Com efeito, de tempos a tempo, tem-se ouvido Armando Guebuza a dizer que a alta dos preços do petróleo e dos combustíveis é que perpetua a pobreza dos moçambicanos (UOL Economia:22 de Abril de 2008).

Conclusão

Ao longo deste texto procurou-se mostrar a concepção da pobreza e desenvolvimento em voga em Moçambique desde a entrada em cena de Armando Guebuza, em 2005, como presidente da República. Esta concepção, que como se viu insiste no facto de que a pobreza decorre da atitude, de uma “mentalidade de pobreza”, de um “espírito fatalista” ou de uma “mentalidade de dependência”, embora diferente da dos seus predecessores, apresenta contudo alguns traços de continuidade, como foi demonstrado. Também foi demonstrado que a Frelimo, retirando a sua responsabilidade ou do Estado da actual situação, sempre preferiu culpar o outro, e não se refere jamais a factores que perturbam o normal funcionamento do Estado e da economia, concorrendo, directa ou indirectamente, para a perpetuação da pobreza, nomeadamente a excessiva partidização do Estado, o que faz com a filiação partidária prima sobre a competência, a má gestão e o esbanjamento dos fundos públicos e da ajuda internacional. Mostrou-se também que a incapacidade de produzir políticas alternativas (que não as do BM e FMI, por exemplo) capazes de acabar ou minimizar a pobreza, acusando sempre o outro (externo ou interno) sempre fez parte do discurso frelimista, tendo apenas mudado de alvo. É o “mecanismo de bode expiatório”.

Para terminar, pode-se dizer que embora Guebuza tenha uma explicação diferente das causas da pobreza em Moçambique, não se pode perder de vista que o lugar central ocupado pela luta contra a pobreza no seu discurso responde, antes de mais, a uma agenda definida internacionalmente pelos doadores aos países pobres, principalmente aos países africanos. Com efeito, se as instituições de ajuda internacional definiram a pobreza e o seu combate como sua razão de ser, em todos os países africanos, ela é também oficialmente, a prioridade dos

respectivos governos. Temas como “Descentralização”, “Revolução Verde”, “combate a corrupção”, entre outros, considerados por Guebuza como fundamentais para o fim da pobreza em Moçambique, não são nada mais, nada menos, que a implementação dessa agenda. A questão é: em que medida o que é designado pelo governo de Guebuza, de “Agenda nacional de luta contra a pobreza”, pode-se considerar “nacional”, se o país depende extremamente da ajuda internacional cuja obtenção exige a aplicação das suas políticas?

Referências:

BRAATHEN, Einar; ORRE, Aslak (2001), 'Can a patrimonial democracy survive? The case of Mozambique', Forum of Development Studies, no. 2, pp. 199/239, <http://se2.isn.ch/serviceengine/FileContent?serviceID=10&fileid=C1A05FE1-1B6D-EFC4-A31F-677AB36DA111&lng=en>, (consultado a 30 de Janeiro de 2009).

CAHEN, Michel, "Transitions en Afrique lusophone", *Lusotopie 1995*, Paris, Karthala, 1995, pp. 85-104.

CEDE, AfriMAP, OSISA, *Democracia e Participação Política em Moçambique*, (no prelo).

CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-pascal, *L'Afrique Est Partie! Du Desordre Comme Instrument Politique*, Paris, Economica, 1999.

COMISSÃO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS DE PRODUÇÃO (CNICP), *Temos que abandonar o passo do camaleão*, Maputo, Frelimo, Cadernos dos Conselhos de Produção, 7, 1982.

DEATON, Angus, "A star is born", *Development Economics through the Decades: A Critical Look at 30 Years of the World Development Report*, Yusuf, Shahid, (org), Washington, The World Bank pp. 1-18.

DEATON, Angus, "Freeing the world of poverty", *Development Economics through the Decades: A Critical Look at 30 Years of the World Development Report*, Yusuf, Shahid, (org), Washington, The World Bank, pp. 19-49.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (GM), *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005)* (PARPA), Maputo, Abril de 2001.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (GM), *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2006-2009)* (PARPA II), Maputo, Maio de 2006.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (GM), *Plano económico e social para 2007*, Maputo, 2006.

GUEBUZA, Armando, *Na caminhada contra a pobreza. Comunicação sobre o estado da nação apresentada na Assembleia da República, Maputo, 30 de Novembro de 2005.*

GUEBUZA, Armando, “Combate à pobreza: um desafio que exige criatividade e celeridade nas nossas acções” (4 de Fevereiro de 2005), CEDIMO (ed.), *A nossa missão: O combate à pobreza*, vol. I, Maputo, 2006, pp. 17-22.

GUEBUZA, Armando, “A nossa missão: O combate à pobreza” (2 de Fevereiro de 2005), CEDIMO (ed.), *A nossa missão: O combate à pobreza*, vol. I, Maputo, 2006, pp. 8-16.

GUEBUZA, Armando, “Podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos”, Domingo, Maputo, 28 de Novembro de 2004.

GUEBUZA, Armando, “Instituições religiosas: Na solidariedade humana, um prestimoso tributo na luta contra a pobreza -Comunicação de Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique” (02/11/2006), CEDIMO (ed.), *A nossa missão. Decisão tomada, decisão cumprida*, vol. II, Maputo, 2007, pp. 305-309.

GUEBUZA, Armando, *Estado da nação. O combate à pobreza: um desígnio nacional*, 19 de Dezembro de 2006, CEDIMO (ed.), *A nossa missão. Decisão tomada, decisão cumprida*, vol. II, Maputo, 2007, 317-335.

GUEBUZA, Armando, “Governança aberta e inclusiva: a outra faceta do nosso compromisso em cada vez melhor servir o maravilhoso povo” (17 de Maio de 2007), CEDIMO (ed.), *A nossa missão. Presidência aberta e inclusiva. Diversificando os canais de interacção com os nossos compatriotas*, vol. III, Maputo, 2008; pp. 110-111.

GUEBUZA, Armando, *Unidos, prossigamos com a nossa missão: luta contra a pobreza*, Maputo, 13 de Dezembro 2007, CEDIMO (ed.), *A nossa missão. Presidência aberta e inclusiva. Diversificando os canais de interacção com os nossos compatriotas*, vol. III, Maputo, 2008, pp. 389-410.

FORQUILHA, Cadete, *Reformas de Descentralização e Redução da Pobreza num Contexto de Estado neo-patrimonial. Um olhar a partir dos Conselhos Locais e OIIL em Moçambique*, 2009 (no prelo).

FORQUILHA, Cadete, «Remendo novo em pano velho»: o impacto das reformas de descentralização no processo de governação local em Moçambique», *Conference Paper 10*, IESE, Maputo, 2008.

HAGENAARS, Aldi, *The perception of poverty* North Holland, Amsterdam, 1986.

Ivone, Maria Soares, Renamo denuncia que PES não tem estratégia nem cabeça (comunicação apresentada na Assembleia da República pelo deputado João Colaço em Dezembro de 2007), <http://mariaivonesoares.blogspot.com/2007/12/renamo-denuncia-que-pes-no-tem.html>, consultado a 16 de Junho de 2008.

JOHNER, Michel, Travail, richesse et propriété dans le protestantisme, *Revue Réformée* n° 218, 2002/3, <http://www.unpoissondansle.net/rr/0206/index.php?i=5> (consultado a 26 de Junho de 2008), 2002.

KILE, Mozart Dino (2005), "Pauvreté dans le tiers-monde, un défi à relever", *Promesses*, <http://www.promesses.org/arts/153p12-15f.html>, (consultado a 26 de junho de 2008).

MACHEL, Samora, *A Luta contra o subdesenvolvimento. Textos e documentos*, Maputo, Frelimo, 1983.

MACHEL, Samora, *Transformar o aparelho do Estado no instrumento da vitória*, Frelimo, Maputo, 1980.

MAYAFFRE, Damon 2003. *Dire son identité politique. Etude du discours politique français au XX° siècle*. Cahiers de la Méditerranée 66, 247-264.

MÉDARD, Jean-François, "l'État neopatrimonialisé", *Politique Africaine*, 39, Karthala, Paris, 1990, pp. 25-36.

MÉDARD, Jean-François, "L'État néo-patrimonial en Afrique noire". Dans *États d'Afrique noire : Formation, mécanisme et crise*. J-F Médard (dir.); Paris, Karthala, 1991, pp.323-353.

NOTÍCIAS ONLINE, "Guebuza empossa novos ministros", http://www.govnet.gov.mz/noticias/news_folderpolitica/Marco%202008/nots_po_144_mar_08.

NOTÍCIAS ONLINE, “ Falta de hábito ao trabalho perpetua fome no país — considera presidente Amando Guebuza”, Notícias, 19 de Abril de 2007, <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/berwsea0.simples>.

NOTÍCIAS ONLINE, Excedentes apodrecem nos celeiros de Tete, Notícias, 25 de Abril de 2007, <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/berwsea0.simples>.

RAVALOMANANA, Marc, "Je veux d'abord changer Madagascar ", <http://forum.lixium.fr/v-4425131.htm>, (consultado a 26 de Junho de 2008).

SINDZINGRE, Alice Institutions, Développement et Pauvreté, Document de Travail, 20, Julho de 2006, http://www.afd.fr/jahia/webdav/site/afd/users/administrateur/public/publications/document-s-de-travail/ddt20_en.pdf, (consultado a 21 de Agosto de 2008).

STEWART, Frances, SAITH, Ruhi, HARRISS-WHITE, Barbara, *Defining Poverty in the Developing World*, Macmillan, 2007.

WEBER, Max, l'éthique protestant et l'esprit du capitalisme (1904-1905) http://classiques.ugac.ca/classiques/Weber/ethique_protestante/Ethique_protestante.pdf (consultado a 20 de Agosto de 2008).

UNDP, *Measuring Human Development, A Primer, Guidelines and Tools for Statistical Research, Analysis and Advocacy*, http://hdr.undp.org/en/media/Primer_intro.pdf, (consultado em 29 de Outubro de 2008), 2007.

UOL ECONOMIA, “Moçambique culpa cereais e petróleo pelo aumento da pobreza”, <http://economia.uol.com.br/ultnot/lusa/2008/04/22/ult3679u3655.jhtm>, consultado a 20 de Junho de 2008.